

Marcio Gazolla
Sergio Schneider

*A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo
na reprodução social dos agricultores familiares*

Introdução

Entre os estudiosos da produção agroalimentar, durante muito tempo permaneceu a convicção de que a produção para o autoconsumo entre as famílias de agricultores revestia-se de um caráter atrasado ou antieconômico ou se tratava de um enigma cujo esforço de elucidação não valeria a pena dada a sua pequena relevância. Ainda hoje, não é difícil encontrar técnicos e especialistas que sustentam que a manutenção da produção para o uso e consumo próprio atrapalha a formação do verdadeiro agricultor entendido como aquele que se dedica a poucas atividades e busca

Marcio Gazolla é engenheiro agrônomo, mestre em desenvolvimento rural e professor da Universidade Federal de Santa Maria (CAFW/UFSM) (marciogazolla@smail.ufsm.br); Sergio Schneider é sociólogo, mestre e doutor em sociologia, professor da UFRGS (schneider@ufrgs.br).

ganhos de escala. Por outro lado, entre os estudiosos do campesinato e da agricultura familiar, malgrado as divergências sobre sua permanência ou mudança em face da ampliação da interação social e econômica, é quase consenso que a produção para uso e consumo próprio de alimentos, bens e meios de trabalho continua a ser uma marca característica dessas formas sociais (Schneider *et al.*: 2005; Gazolla: 2006).

Seja como for, o fato é que a compreensão das características e do significado da produção para auto-aprovisionamento da família e do próprio estabelecimento continua a ser um tema pouco estudado cuja importância para a segurança alimentar, a sociabilidade e a transmissão de conhecimentos ainda precisa ser desvendada. O objetivo deste trabalho consiste em discutir o papel da produção para autoconsumo ou auto-aprovisionamento entre famílias de agricultores da região do Alto Uruguai, situada ao norte do estado do Rio Grande do Sul. Procura-se analisar questões ligadas ao saber-fazer relacionadas à produção para autoconsumo e demonstrar como ela também pode gerar sociabilidade entre as famílias através da troca de alimentos e sementes. Neste sentido, discute-se o papel do autoconsumo como uma forma de “proteção” das famílias frente ao mercado de compra de alimentos e um meio de os agricultores garantirem sua segurança alimentar e nutricional.

A produção para autoconsumo compreende todo o tipo de produção, bens, ferramentas de trabalho ou outros produtos que são gerados no interior da unidade familiar e utilizados pelos seus membros para suprir as suas necessidades (Gazolla: 2004; Schneider *et al.*, 2005). Ficam fora dessa definição alguns “tipos” de autoconsumo como, por exemplo, o consumo da lenha utilizada pelas famílias, o autoconsumo intermediário animal ou produtivo e o que Leite (2003; 2004) chamou de “salário indireto”, que consiste em adicionar à renda não monetária das famílias receitas advindas de tíquetes refeição, passes de ônibus etc. A análise realizada se deterá no autoconsumo alimentar do grupo doméstico. Nesse sentido, o autoconsumo alimentar pode ser definido como aquela parcela da

produção animal, vegetal ou transformação caseira que foi produzida pelos membros de uma família e que é utilizada na alimentação do grupo doméstico correspondente de acordo com as suas necessidades.

A base de dados utilizada foi obtida mediante a realização de entrevistas semi-estruturadas com agricultores familiares, atores de desenvolvimento de diversas instituições e organizações de representação política dos agricultores familiares. As entrevistas foram realizadas em seis municípios da região do Alto Uruguai (RS), a saber: Constantina, Frederico Westphalen, Taquaruçu do Sul, Três Palmeiras, Palmitinho e Vista Alegre, todos pertencentes à microrregião de Frederico Westphalen, tal como definida pelo IBGE.¹

O artigo está dividido em quatro partes. Na primeira são resgatados alguns autores clássicos relativos aos estudos sobre o autoconsumo, como é o caso de Chayanov e Wolf. Na segunda parte é destacado um autor fundamental aos novos estudos sobre autoconsumo e pobreza rural – Frank Ellis. Na terceira parte aborda-se o papel do autoconsumo na geração do saber-fazer, da autonomia e da sociabilidade na agricultura familiar. Na quarta parte demonstra-se como a produção para autoconsumo pode gerar alguns dos principais princípios da segurança alimentar e nutricional junto às famílias da região.

O lugar do autoconsumo na teoria social

Quando se trata do tema da produção para autoconsumo entre agricultores, torna-se obrigatório retomar as reflexões teóricas desenvolvidas por autores clássicos que estudaram o tema, tais como Chayanov e Eric Wolf. Para ambos, o autoconsumo é uma característica que pode ser descrita como *genuína* às formas sociais familiares, pois é uma dimensão constitutiva do campesinato que o define e o caracteriza em todas as sociedades, tanto nas já não mais existentes como nas contemporâneas. Entre os camponeses o

autoconsumo possui as mais diversas denominações, sendo descrito como nível de subsistência, *mínimo calórico* como o descreveu Wolf (1976), como agricultura de “subsistência” como foi chamado por muito tempo no Brasil e como consumo propriamente dito que é o termo clássico cunhado por Chayanov (1974) que sintetiza e sustenta a maioria dos estudos sobre campesinato no país.

O autoconsumo segundo Chayanov: a tese do equilíbrio ótimo

A contribuição de Alexander Chayanov reside no fato de ter concebido a unidade econômica camponesa como uma unidade de trabalho e também de consumo familiar. O seu “modelo” básico explicativo é o de que o camponês executa as tarefas e trabalhos produtivos visando um equilíbrio ótimo entre consumo e trabalho da família, levando em conta, para isso, a composição e o tamanho da família (número de consumidores e trabalhadores diferenciados por sexo e idade) e as necessidades que daí derivam.

Para Chayanov (1974; 1981), a unidade de trabalho familiar é composta pelos membros que compõem a família e que se encontram em plenas condições de trabalho. A unidade de consumo é composta pelos membros que compõem a família e que estão em condições plenas de trabalho, bem como pelos que não estão ou ainda não alcançaram. A racionalidade camponesa dirige-se no sentido de obter o equilíbrio ótimo entre o consumo e o trabalho familiar. Para isso, o camponês organiza a família de acordo com seu tamanho e a sua composição interna por sexo e idade ao longo do ciclo biológico de existência da mesma, de forma a obter o melhor ponto de equilíbrio entre o consumo e o trabalho do grupo doméstico. Nesse contexto, é central a relação consumidor/trabalhador (c/t) ao longo da existência da família, pois dependerá desta o maior ou menor esforço que deverão desprender os membros em condições de trabalho. Quanto mais próxima de 1,0 a relação c/t menor o grau de auto-exploração dos trabalhadores e melhor será o equilíbrio consumo/trabalho da unidade econômica camponesa.

Para Chayanov (1974), o balanço consumo/trabalho é afetado por dois conjuntos de fatores. De um lado, a própria estrutura interna da família (composição e tamanho da mesma) que determina a pressão em termos das necessidades de consumo. De outro, o nível de produtividade da força de trabalho que é aplicado pela família. Assim, quanto maior for o número de consumidores da família e mais baixa for a produtividade da força de trabalho empregada no processo produtivo maior será o grau de auto-exploração dos trabalhadores. Conforme Chayanov (1974: 81), o volume de atividades da família depende totalmente do número de consumidores e de nenhuma maneira do número de trabalhadores. Portanto, o que se infere a partir da tese deste estudioso é que a dimensão do autoconsumo alimentar nas formas familiares de produção e trabalho é uma esfera fundamental que orienta e afeta as estratégias de reprodução e os cálculos das unidades familiares no sentido de como os seus membros se organizam para obter a alimentação necessária ao seu consumo.

Uma interpretação recorrente em Chayanov (1974) é a de que o objetivo final das ações e da lógica do campesinato é o bem-estar da família. Nesse sentido, o autor desenvolve a tese do equilíbrio ótimo entre consumo e trabalho visando explicar que as estratégias postas em prática pelos membros do grupo doméstico objetivam, em última instância, a obtenção do consumo que é um pré-requisito fundamental para o bem-estar de todo o grupo familiar. Assim, para Chayanov, a família camponesa se mune de diferentes estratégias para garantir o seu consumo necessário durante o ano, que é o principal pressuposto para se chegar a uma condição de bem-estar dos seus membros. Esse aspecto é importante na obra de Chayanov, pois ele permite inferir que a obtenção do consumo alimentar dos membros domésticos está relacionado com as condições objetivas de existência humana que, por sua vez, correlacionam-se com a segurança alimentar da família, no sentido de esta traçar as suas estratégias visando primeiramente o consumo dos alimentos necessários aos seus membros. Este aspecto

da tese do autor é essencial de ser compreendido, pois é por aí que se pode explicar a importância dos processos produtivos de auto-provisionamento alimentar nas famílias rurais na atualidade.

Eric Wolf e a constituição dos fundos do campesinato

Wolf também é um autor que sumariza alguns elementos a partir dos quais se pode entender e estudar o autoconsumo nas formas familiares. Para Eric Wolf (1976: 16), os camponeses são cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante que são os que governam e que utilizam os excedentes camponeses para manterem seu nível de vida. Além dos grupos dominantes, os excedentes camponeses sustentariam os demais grupos sociais que, por não serem cultivadores teriam que ser alimentados pelo campesinato.

Wolf entende o campesinato como uma unidade de consumo e também de trabalho, coincidindo aí, em grande medida, com a teoria da unidade econômica campesina de Chayanov. Entretanto, Wolf pressupõe algumas diferenças fundamentais em relação a Chayanov. Em primeiro lugar, Wolf define os camponeses como sociedades não primitivas que produzem excedentes que são apropriados pelos grupos que os dominam e que fazem parte da sociedade mais ampla em que os camponeses estão inseridos. Segundo o autor, os camponeses não produzem visando somente o seu consumo e constituem uma forma social que possui relações com outros grupos sociais e entre si.

Para Wolf, o campesinato estrutura a sua vida social através de *fundos* (de manutenção, cerimonial e de aluguel) que lhe servem segundo o tipo para as suas diversas funções como as ligadas à subsistência, e as funções econômicas e sociais. Para o autor, o camponês deve ser entendido como um produtor de excedentes e que se integra a uma sociedade mais ampla da qual geralmente é subordinado aos grupos dominantes. O camponês, em sua estruturação da vida social, necessita de dois conjuntos de opera-

ções. Por um lado, ele deve alimentar-se e, por outro, produzir excedentes para os diversos fundos. Para alimentar-se ele precisa produzir o que Wolf (1976: 17) chamou de *mínimo calórico* que:

[...] pode ser definido como o consumo diário de calorias alimentares exigidas para compensar o desgaste de energia que o homem despende em seu rendimento diário de trabalho.

Contudo, o camponês não produz somente para alimentar-se, ele necessita manter os meios de produção, ter relações sociais e também, devido a sua subordinação à sociedade envolvente, transferir o “fundo de lucro” para os grupos dominantes (Wolf, 1976: 23). Assim é que se originam os demais fundos necessários à sobrevivência e ao relacionamento do camponês com os demais grupos sociais.

Mas, segundo Wolf (1976), o camponês vivencia um dilema. Este seria descrito como o fato de o camponês ter que, ao mesmo tempo, gerar o mínimo calórico e os respectivos fundos para a sua manutenção e sobrevivência do grupo doméstico e, também, auferir os excedentes que são apropriados pelo resto da sociedade envolvente e os grupos sociais que o dominam. Assim, o camponês teria que manter um equilíbrio entre as necessidades do grupo doméstico e as exigências de fora da sua unidade de produção. Como observou Wolf (1976: p. 28): “[...] os camponeses serão obrigados a manter o equilíbrio entre suas próprias necessidades e as exigências de fora, estando sujeitos às tensões provocadas pela luta para manter um equilíbrio”.

Eric Wolf também reconhece o papel da moderna agricultura e do mercado na desagregação do “mundo” camponês. Para o autor, o campesinato tende a deixar de lado a produção do mínimo calórico assim que a sociedade evolui e ocorre a consolidação das técnicas modernas de cultivo e criação, bem como o camponês começa a substituir os cultivos plantando os destinados à venda e ao lucro, pois nas sociedades complexas o lucro é que equivale aos diversos fundos em que o camponês tradicionalmente subsistia. Portanto,

pode-se inferir daí que a produção de fundos no campesinato, segundo Wolf (1976), é um traço marcante e fundante do camponês, pois sem os diversos fundos não existiria camponês enquanto tal.

Autoconsumo como estratégia de vivência e redução da vulnerabilidade nas famílias

Nesta seção o objetivo é apresentar uma nova abordagem para os estudos rurais e sobre a agricultura familiar. Trata-se de uma nova perspectiva para o estudo do autoconsumo alimentar nas famílias através da utilização dos conceitos de estratégias de vivência e de vulnerabilidade social das famílias.

O autoconsumo desempenha um papel nas formas sociais de produção e trabalho que está relacionado a propiciar a diversificação das estratégias de vivência das famílias. Nesse sentido, o que se quer demonstrar é que a produção de auto-provisionamento é a base sobre a qual se assenta, materialmente, grande parte da reprodução social e alimentar do grupo doméstico e o ponto de partida para que as unidades de produção consigam diversificar as suas estratégias de vivência. O entendimento que se persegue do que sejam as estratégias de vivência do agricultor familiar é baseado na definição de Ellis (2000: 10; tradução livre):

As estratégias de vivência (livelihoods) compreendem os ativos² (capital natural, físico, humano, financeiro e social), as atividades e o acesso para estas (mediado por instituições e relações sociais) que juntos determinam o ganho de vida pelos indivíduos e unidades domésticas.

Segundo Frank Ellis (2000), as estratégias de vivência podem ser classificadas em dois tipos principais, dependendo do contexto em que a unidade doméstica está inserida e do nível de riscos e choques a que está submetida. Estas podem ser de *escolha* e *adaptação* em um contexto no qual o grupo doméstico está em condição de ascensão social e até de acumulação. Neste caso, as estratégias de vivência como escolhas postas em prática se referem a uma reação *voluntária* e *proativa* para chegar à diversificação dos ativos, fontes

de renda e acessos a estes. Ou podem ser definidas como estratégias de adaptação em um processo contínuo de mudança das estratégias de vivência, em que qualquer melhoramento existente traz segurança e riqueza para tentar reduzir a *vulnerabilidade* e a pobreza (Davies e Hossain: 1997 *apud* Ellis: 2000: 63). Neste tipo de estratégia, a unidade doméstica possui as condições materiais e sociais asseguradas pelas quais vai se dar a sua reprodução. Tal estratégia pode levar a unidade doméstica à ascensão e, talvez, a uma diferenciação social e econômica frente às demais, possivelmente pela maior *capacidade* de manter, renovar e “criar” os diferentes tipos de capitais necessários a sua sobrevivência.

Por outro lado, as estratégias de vivência podem ser de *reação* e *necessidade* em um contexto de pobreza rural, de riscos e de choques na reprodução social do grupo doméstico a que se referiu Ellis (2000: 55). Neste caso, as condições sociais e materiais que lastreiam a reprodução social da unidade doméstica, estão em processo de desagregação e é necessário lançar mão de estratégias para continuar sobrevivendo mesmo em um contexto de crise econômica, de riscos, de reprodução ameaçada e também de insegurança alimentar, como no caso da vulnerabilização da dimensão do autoconsumo pelo privilegiamento da esfera comercial e mercantil da unidade doméstica. Neste caso, as estratégias de necessidade se referem a uma ação *involuntária* e *infortúnia* em direção à diversificação dos ativos e tipos de capitais (*idem*: 55). Ou podem ser estratégias de reação definidas como uma seqüência definida de respostas para sobreviver a crises e desastres.

No caso de desagregação do grupo doméstico, de reprodução social ameaçada e de riscos e desastres a que o agricultor familiar está submetido, este poria em prática as estratégias de vivência por necessidade e por reação para levá-lo à *diversificação das estratégias de vivência*. Como definiu Ellis (2000: 15; tradução livre):

A diversificação das estratégias de vivência (*livelihood diversification*) é definida como um processo pelo qual as unidades domésticas constroem um incremento diversificado de suas

carteiras de investimentos (*portfolios*) de atividades e ativos para sobreviver e para melhorar o seu padrão de vida.

De acordo com Ellis (2000: 44), a unidade doméstica lança mão de uma gama de estratégias diferentes frente à crise. Estas estratégias seguem, segundo o autor, uma seqüência que é relatada da seguinte forma: em primeiro lugar, a unidade doméstica diversifica as fontes de renda e atividades (diversificação). Em segundo lugar, amplia as suas relações sociais de reciprocidade baseadas no parentesco e na comunidade (capital social). Em terceiro lugar, exerce uma diminuição do tamanho da família por meio da migração temporária de membros da unidade. Em quarto lugar, vendem-se alguns ativos da propriedade como implementos, gado etc. E, como quinta e última estratégia frente à crise, vendem-se a própria propriedade e os demais ativos, abandonando, talvez, definitivamente a atividade agrícola.³

Segundo Ellis (2000), a diversificação das estratégias de vivência se justifica devido às características como a sazonalidade da atividade agrícola, os riscos estratégicos (choques, guerra civil, doenças humanas, doenças de plantas e animais etc), danos climáticos imprevisíveis (enxurradas, secas, neve, inundações etc), a melhor remuneração que certos mercados de trabalho apresentam frente à unidade doméstica em relação à agricultura e, ainda, a migração como uma estratégia que não é de diversificação, mas que faz parte do modo próprio de reprodução das formas familiares. Poder-se-ia acrescentar a estas razões a de que a diversificação das estratégias de vivência propicia um *lastro* mais amplo por onde se assentaria o desenvolvimento das formas familiares de produção e trabalho, garantindo, assim, uma base diversa e *multilinear* de reprodução social (Gazolla: 2004).

Acredita-se que o autoconsumo é a esfera da unidade doméstica que vai dar a base e o lastro para que haja a diversificação das estratégias de vivência na agricultura familiar. É com uma produção para autoconsumo fortalecida internamente na unidade de

produção que, por sua vez, o grupo doméstico poderá lançar-se a outras atividades e à obtenção de outras fontes de renda. Isso se justifica devido ao fato de que, sem autoconsumo, o agricultor familiar não consegue a diversificação das estratégias de vivência, pois com a renda e atividades que desenvolver vai gastar para comprar no mercado, a preços de mercado, o consumo alimentar necessário ao grupo doméstico, dispendendo, assim, quase todas as suas “forças” para isso. Sem a produção para autoconsumo fortalecida, não se geram as *condições objetivas* e materiais para se fazer frente a um processo de diversificação das fontes de renda e das atividades produtivas. Dessa forma, o que acontecerá poderá ser a seqüência descrita por Frank Ellis de desagregação da unidade doméstica frente a uma crise ou choque que pode ser, por exemplo, o grupo doméstico incidir em situações de insegurança alimentar devido ao fato de não produzir os seus próprios alimentos.

É o fortalecimento da produção para autoconsumo que leva à diversificação das estratégias de vivência e à segurança alimentar pela diminuição do grau de *vulnerabilidade* em que se dá a reprodução social do grupo doméstico. Como se referiram Chambers e Davies (1996) *apud* Ellis (2000: 62; tradução livre):

Vulnerabilidade é definida como um alto grau de exposição para o risco, choques e *stress*, e a propensão à insegurança alimentar (do grupo doméstico).

O não-fortalecimento do autoconsumo para o agricultor familiar faz com que este enfraqueça a sua identidade socio-profissional de agricultor, pois usa a força de trabalho familiar, a terra e os meios de produção, ou seja, os fatores de produção para gerar mercadorias agrícolas que gerarão o valor correspondente quando da sua realização no mercado. Contudo, estas não gerarão a *forma primária* de o grupo doméstico se reproduzir enquanto tal, o autoconsumo. Em outras palavras, o autoconsumo deve ser o produto imediato da conjugação das forças produtivas na agricultura familiar devido às características intrínsecas e à lógica de reprodução social e alimentar do grupo doméstico, lógica que está assenta-

da em propiciar, em primeiro lugar, a alimentação aos membros da família.

Mas o autoconsumo possui, também, outro papel fundamental na reprodução da agricultura familiar. É o autoconsumo, que Ellis (2000) chamou de subsistência, que permite que as formas familiares de produção e trabalho sobrevivam e se reproduzam em uma sociedade capitalista cada vez mais competitiva. Como indicou Ellis (2000: 24; tradução livre), o campesinato persiste na economia capitalista devido “[...] a sua capacidade de reunir os pré-requisitos para (produzir) a sua própria subsistência”. Concordase com a postura de Ellis ao afirmar que o autoconsumo é uma das principais formas que o agricultor familiar tem para se reproduzir enquanto tal na presente sociedade. Nesse sentido de Ellis é a produção para autoconsumo, em alguma medida, que explica a permanência da agricultura familiar nas sociedades atuais.

O autoconsumo: uma estratégia para a autonomia, a sociabilidade e a identidade dos agricultores

Nesta seção procura-se demonstrar que a produção para autoconsumo possui outros papéis junto à agricultura familiar. Além de gerar a segurança alimentar das famílias, como se demonstra neste artigo, ela também é responsável pela geração da autonomia junto às famílias rurais quando estas se relacionam com o mercado. Esta produção também gera relações sociais entre parentes, vizinhos, grupos rurais etc., no que se refere à sociabilidade destes. E, por fim, a produção para autoconsumo é responsável pela construção da identidade dos agricultores familiares enquanto tal.

Autoconsumo e alternatividade: produzindo a autonomia

A autonomia do agricultor familiar é constituída por uma dupla lógica produtiva/reprodutiva relacionada com o autoconsumo e com o grupo doméstico. Por um lado, esta lógica está assentada no grupo doméstico no qual a alimentação produzida pela unidade

de produção é central. O agricultor familiar produz e consome a própria produção, ou seja, esta segue diretamente da lavoura para a casa que é a unidade de consumo do grupo familiar. Por outro lado, o grupo doméstico transaciona no mercado de vários produtos agrícolas e não-agrícolas para conseguir comprar o necessário a sua alimentação e consumo. Isso é necessário devido ao fato de não produzir a totalidade dos produtos e mercadorias consumidos, bem como à sazonalidade da produção, à impossibilidade de armazenamento de alguns gêneros alimentares, a imprevistos climáticos (secas, enxurradas, geadas etc) que afetam a produção.

O autoconsumo familiar gera a autonomia produtiva e reprodutiva do grupo doméstico.⁴ A produção para autoconsumo gera a autonomia do agricultor familiar por manter interna a unidade produtiva, a principal esfera responsável pela reprodução do grupo doméstico, fazendo com que o grupo dependa cada vez menos das condições externas à unidade de produção para se reproduzir socialmente. É por meio da produção para autoconsumo que o agricultor familiar não depende, totalmente, do ambiente social e econômico em que está inserido e, principalmente, não depende das constantes *flutuações* das condições de troca no mercado.

Isso é possível devido à produção para autoconsumo seguir da lavoura para a casa e desta para a mesa do agricultor assegurando a sua alimentação. O contrário ocorre nas lavouras ditas comerciais, nas quais o agricultor familiar tem que vender a produção num determinado mercado para, com a remuneração obtida, fazer frente ao “capital constante” (objetos e instrumentos de trabalho) e ao “capital variável” (manutenção e autoconsumo do grupo familiar). Neste caso, o agricultor familiar depende das flutuações e das condições de troca do mercado, não dispondo de *certezas* sobre a remuneração que vai obter com a venda da produção, os preços de venda, as condições de troca, a rentabilidade etc., ficando a mercê destas condições para saber qual o “excedente” monetário que terá para fazer frente ao consumo familiar (Garcia Jr., 1983: 128).

A produção para autoconsumo gera autonomia do agricultor familiar pelo princípio da *alternatividade* produtiva como formulou Garcia Jr. (1983; 1989) e pelo princípio da *flexibilidade* tal qual esboçou Herédia (1979). A *alternatividade* pode ser definida como a possibilidade da produção para autoconsumo ser vendida ou consumida pelo grupo doméstico dependendo das condições familiares (número de membros trabalhadores e consumidores estratificados por sexo e idade, bem como condições sociais de reprodução em que o grupo doméstico se encontra) e das suas condições de troca no mercado. Como explicou Garcia Jr. (1983: 129):

Se os preços dos produtos estão altos, o pequeno produtor pode vender a sua produção, guardando o dinheiro para as épocas em que baixarem os preços. Consumirá de sua própria produção apenas o necessário na época em que está vendendo. Se os preços estão baixos e tiver dinheiro, o pequeno produtor adquire o produto necessário ao consumo familiar. Com os preços baixos, caso não tenha dinheiro, lança mão do próprio produto na obtenção do necessário ao consumo familiar. Assim, tanto a comercialização da própria produção quanto o autoconsumo destes produtos levam em consideração a flutuação dos preços de mercado, não havendo nenhuma falta de sensibilidade a estas flutuações, mas uma forma própria de fazer face a elas.

A possibilidade de venda de parte da produção tanto a de autoconsumo, pelo princípio da *alternatividade*, como da produção comercial da unidade produtiva, é um modo de o agricultor familiar fazer frente à sazonalidade da produção, à perecibilidade dos produtos e à impossibilidade de armazenamento da totalidade dos produtos na época de colheita, dando-lhe autonomia nas operações de consumo ou de venda da produção. O agricultor familiar realiza um “cálculo” (Garcia Jr.: 1989; Herédia: 1979) no qual determina, aproximadamente, o montante da produção que deve ser plantada para consumo do grupo doméstico e para a venda dos diferentes produtos. Após a colheita, o cálculo incide sobre as percentagens e quantidades que serão autoconsumidas de cada produto, as quantidades que serão armazenadas e, finalmente, as

quantidades que serão vendidas, levando-se em conta a satisfação das necessidades alimentares e reprodutivas do grupo doméstico e os preços de venda dos produtos nas praças de mercado.

O autoconsumo do grupo doméstico deve ser fornecido para o período de todo o ano, mas nem sempre é possível o armazenamento da totalidade da produção para o ano todo, devido ao fato de alguns produtos serem produzidos somente em algumas épocas (sazonalidade e estacionalidade) e devido à perecibilidade de outros. A saída, então, encontrada pelo agricultor familiar é a de realizar o valor de uma parte da produção no mercado, de armazenar o necessário e possível e de autoconsumir a produção momentânea e estacional. Com a realização do valor de parte da produção que não pode ser armazenada e autoconsumida naquele momento o agricultor familiar pode comprar o consumo nas demais fases do ano, possuindo, assim, uma *margem de manobra*, o que lhe dá um *consumo diferido*⁵ durante todo o ano, como observou Garcia Jr. (1983). Esta operação do agricultor familiar lhe garante condições de fazer frente ao consumo necessário do grupo doméstico tanto pelo lado do auto-provisionamento alimentar como pelo lado da compra do que lhe falta ao consumo. Como colocou esta questão Garcia Jr. (1983: 137; grifos no original):

A possibilidade de realização de valor de parte da produção no mercado permite diminuir estes riscos, diminuir também o trabalho necessário para contra-restar a perecibilidade dos produtos e para propiciar a estocagem necessária. Em suma, o dinheiro obtido com a venda possibilita um consumo diferido que permite enfrentar as flutuações de produção e diminuir o volume de trabalho socialmente necessário. Portanto, a compra e venda de produtos é uma forma de fazer a mediação entre o *roçado* e a *casa*, mesmo sem considerar aqueles produtos necessários à casa que não são fornecidos pela unidade doméstica.

Assim, pode-se dizer que o agricultor familiar possui uma dupla lógica de reprodução social aliada à produção e compra do seu consumo. Como agricultor, ele produz o autoconsumo, ou seja, os

produtos de lavoura e da criação animal que, por serem consumidos pela família e por não passarem pelos circuitos de mercado, possuem apenas *valores de uso*. Quanto ao relacionamento com o mercado, este pode ser através da venda da produção ou da compra de mercadorias agrícolas e não agrícolas, incluindo-se aí o consumo alimentar. Na esfera da produção, o agricultor familiar pode vender a produção comercial e daí obter um rendimento que o permite dar conta das necessidades de consumo do grupo doméstico. Por este mecanismo, ele está vendendo mercadorias agrícolas que possuem um *valor de troca mercantil*. Neste caso, ele é também um consumidor, pois compra, a preços de mercado, o consumo necessário à alimentação e manutenção da família.

Segundo Gazolla (2004), é por essa dupla lógica do agricultor familiar que não se aceita a designação de “agricultura de subsistência” ou de agricultor totalmente mercantilizado e integrado ao mercado. O termo “agricultura de subsistência” dá a idéia de um tipo social de agricultor no qual a sua produção seria somente utilizada para fazer frente às necessidades domésticas do grupo familiar, não passando pelas transações mercantis, o que se coloca, desde já, como falso no caso dos agricultores familiares, pois estes possuem a lógica da produção do autoconsumo, mas também, por outro lado, a lógica do mercado no que se refere à produção dita comercial. Não existe, atualmente, apenas uma “agricultura de subsistência” assim como tampouco existe um agricultor familiar totalmente mercantilizado do ponto de vista social e econômico. O que existe é um agricultor familiar que possui sua lógica de produção e reprodução social assentada tanto no mercado como na produção para autoconsumo, como duas esferas integradas dialeticamente e sobrepostas à unidade de produção e ao grupo doméstico, determinando e apontando os “caminhos” que a reprodução social do agricultor familiar vai seguir.

Autoconsumo e sociabilidade na agricultura familiar

Além de ensejar uma maior autonomização frente ao contexto social e econômico, fundada na produção, nos seus valores sociais próprios e na lógica de reprodução dos agricultores, o autoconsumo também tem uma outra “função” entre os colonos de origem: a de socializá-los. A sociabilidade refere-se ao processo pelo qual os indivíduos, as famílias e os grupos sociais se relacionam material e simbolicamente entre si. A sociabilidade encerra razões “práticas” e simbólicas de ser e de agir. O autoconsumo é uma das dimensões das formas familiares que é responsável, em grande parte, pela geração de processos de sociabilidade e de reciprocidade entre os agricultores (Candido: 1987).

A necessidade de se socializar, inicialmente, emerge por conta do isolamento no qual os colonos eram deixados em meio à mata densa e cerrada. A única comunicação ou meio de comunicação com alguém de fora da família, inicialmente, era ir até a casa do vizinho mais próximo. Assim, a forma de se sociabilizar consistia em fazer uma “visita” às casas dos outros vizinhos de picada. Com a abertura da mata e a constituição das primeiras comunidades, a sociabilidade familiar passa para a esfera pública da comunidade, embora ainda se mantenha na das famílias por meio das “visitas”.

O autoconsumo era importante na medida em que esse era um meio de as famílias se socializarem e se relacionarem. O autoconsumo era motivo de sociabilidade, uma vez que o mesmo encerrava razões “práticas” e simbólicas do *ser* colono. O plano prático é entendido como as necessidades em torno da produção e reprodução que faziam com que o colono se socializasse. O plano simbólico é permeado pelos valores, pela cultura e pelo modo de vida dos colonos e suas relações com as demais famílias. Nesse sentido, o colono não é só uma ordem econômica, mas também uma *ordem moral* possuidora de certos valores de *campesinidade*, como explicou Woortmann (1990), que lhes servem de guia nos seus relacionamentos sociais.

Um destes atributos é a reciprocidade. Os colonos se socializavam em torno da troca de produtos, animais e sementes ligadas à esfera do autoconsumo, bem como da doação de alimentos aos vizinhos mais próximos. Um exemplo disso era o abate de uma rês ou de porcos no qual os vizinhos mais próximos eram chamados a ajudar, recebendo em troca da ajuda uma parte do animal. Quando os outros vizinhos abatiam qualquer animal retribuíam a doação da mesma forma. Nesta troca não interessava o tamanho ou a quantidade de carne recebida, mas, sim, que a família “que carneava” não esquecesse de nenhum vizinho. Quando isso acontecia, gerava discórdias e era motivo para se “falar mal”. No entanto, o processo de matança do animal não é somente trabalho, mas ocasião para se falar de negócios, dos outros vizinhos, de acontecimentos recentes da comunidade, da vida, dos problemas etc. É um espaço no qual ocorrem a socialização e o trabalho num processo único.

Segundo Gazolla (2004), um outro caso em que o autoconsumo gera sociabilidade é o das trocas de produtos ou animais entre vizinhas, parentes e “comadres”, como no caso da troca de ovos de galinhas caipiras entre as mulheres. Aqui também existem razões “práticas” e simbólicas no processo de troca. No plano prático e produtivo a troca é para “misturar as raças” das galinhas que já estão muito “afinadas de sangue”. No plano simbólico constitui a forma de se fazer uma “visita”, de saber dos últimos acontecimentos ou mesmo para se conversar sobre a vida.

Também é o caso da troca de sementes de pipoca, de amendoim, de ramas de mandioca, de batatas etc. Quando ocorre a situação de uma família “ter perdido a semente” de uma determinada planta de autoconsumo e a família vizinha a possuir, pede-se então “empréstado” um pouco para se reproduzir, sendo o empréstimo nem sempre passível de algum tipo de pagamento. Isso é possível devido às relações de sociabilidade que permitem que as famílias transacionem produtos para autoconsumo sem intercambiarem

mercadorias com valor real de troca. Ou pode-se trocar um tipo de semente ou animal por outro, numa forma de escambo no qual as necessidades práticas de determinado produto ou animal é que guiam a troca. É o caso da comida, como anotou Woortmann (1990), que, no contexto da reciprocidade e sociabilidade nas formas familiares, não possui valor de troca: “[...] o elemento central é a comida. Ela tem um valor grande demais para ser mercadoria. É por seu valor de uso que ela tem valor de troca no contexto da reciprocidade, onde o dinheiro nenhum valor de troca tem porque pertence ao domínio do mercado. No campo da reciprocidade quanto maior o valor de uso, tanto maior o valor de troca que possui a coisa trocada [...]”.

Autoconsumo, identidade e saber-fazer nas formas sociais familiares

O autoconsumo não é somente a produção através do trabalho do agricultor aplicado a um processo produtivo no afã de obter os elementos e produtos necessários à alimentação e manutenção do grupo doméstico. O trabalho do agricultor é produtivo, mas é também simbólico e repleto de significações e sentidos que são fundamentais à construção da sua identidade social enquanto agricultor familiar. A sua identidade, por sua vez, está ligada ao *ser colono*, ao trabalho laborioso aplicado no processo produtivo, ao apego à terra como patrimônio, à família, ao saber-fazer histórico transmitido de geração em geração que embasa a produção para autoconsumo enquanto produção alimentar e simbólica das relações sociais. Assim, a produção para autoconsumo, longe de ser apenas mais uma mercadoria produzida pelo colono, é a produção e reprodução de relações sociais e expressa um saber acumulado e transmitido na socialização dos filhos (Gazolla: 2004).

Os agricultores possuem a sua identidade assentada em vários atributos distintos que os ligam com a produção para autoconsumo. Um primeiro atributo que os ligava fortemente à produção para

autoconsumo é o do trabalho laborioso dos colonos pioneiros (Seyferth: 1994). O desbravar o mato, amansá-lo e constituir as primeiras lavouras de feijão, milho, batata, mandioca etc. para o sustento da família identificavam o colono. Neste primeiro momento, o colono é identificado como o único com qualidades de trabalho superior aos demais membros da população das colônias, em condições de “abrir” e “pôr abaixo” a mata e daí extrair o sustento da sua família. Nesse caso, a sua superioridade laborial era devido à etnia a ele associada, germânica ou italiana (Renk: 2000).

A idéia de pioneirismo está acoplada à de conquistador, de desbravador, aquele que venceu a natureza inóspita e com seu trabalho plantou o progresso, que só pode ser associado aos de origem, como uma de suas virtudes étnicas (Renk, 2000: 164). Além do trabalho laborioso para desbravar a mata e instalar as primeiras lavouras para autoconsumo, o colono também passava por privações alimentares constantes, o que o identificava cada vez mais como um personagem de sofrimento, sem recursos e que suportava adversidades e carências alimentares. Como colocou um dos informantes de Renk (2000: 168): “nós ficando até quarenta dias sem comer pão”.

Com o desenvolvimento das colônias a identidade ligada ao trabalho pesado aplicado à produção para autoconsumo se modifica. Das carências alimentares dos anos iniciais, as colônias passam a se identificar como *auto-suficientes* em alimentos para suas famílias. Isso se reflete em comparação com “os da cidade” que “precisam comprar tudo” (Renk, 2000: 169). Nas colônias, ao contrário destes, a auto-suficiência se baseia nas propriedades coloniais policultoras que produziam um pouco de tudo. Sua produção ia desde artigos simples da alimentação como as verduras e frutas até a carne de suíno, aves ou gado, passando pelo feijão, milho, batata, mandioca etc.

A identidade do colono é também acionada com relação à terra. Esta é um *patrimônio familiar* que o colono administra e cultiva

durante toda a sua existência e que, para a maioria dos colonos do Sul, deve ser repassada a um dos membros (por um padrão de herança variável em cada caso) do grupo familiar para que permaneça indiviso. A terra para o colono não é simplesmente mais um “fator” de produção, ela é, sobretudo, o local onde ele nasceu, cresceu e também, em alguns casos, onde constituiu a sua família. A terra é um ente central na lógica produtiva do colono, pois é por ela que este retira o “sustento” da família, como verificou Tavares dos Santos (1984). Através dela é possível ao colono possuir e manter certa autonomia no processo produtivo. Sem a propriedade da terra o colono é como um “desenraizado” social, pois não conseguirá produzir nem para o autoconsumo alimentar da família.

Como verificou Tavares dos Santos (1984) entre colonos ítalo-brasileiros a terra é usada, principalmente, para sustentar a família. Como se referiu um entrevistado seu: “se não tivesse a terra não posso sustentá a família” (idem: 137) numa alusão que é da terra que brota a produção para autoconsumo que alimenta a família. Assim, a expressão “sustentá” quer dizer que a terra é o local de onde provém o alimento para o grupo doméstico. Ela tem assim, em primazia, uma “função” social antes de ser um “fator” de produção, um ativo fundiário ou simplesmente uma base para o desenvolvimento econômico e agrícola.

Mas o colono, como estratégia de sucessão e herança, não transmitia apenas a terra enquanto patrimônio indiviso a um dos filhos. O patrimônio que o colono transmite, de geração em geração aos seus filhos, não é somente um patrimônio material e produtivo, mas é também um patrimônio simbólico, cultural e uma matriz ou sistema de conhecimentos, como formulou Suarez *et al.* (1983) aplicados à prática agrícola e à produção dos alimentos para o grupo familiar. Deste modo, o colono repassa um *saber-fazer* acumulado e que foi recebido do seu pai, irmão ou avó para todos os filhos socializando-os com os elementos da natureza e com o trabalho agrícola. Como se referiram Woortmann e Woortmann (1997: 13; grifos meus):

Para se reproduzirem, os camponeses produzem mercadorias, mas a produção de mercadorias é antecedida logicamente pela produção de bens, e esta, por sua vez, é antecedida pela produção-reprodução de bens simbólicos que constituem o *corpo do saber*.

Assim, o processo produtivo de alimentos no caso do agricultor só é possível de ser realizado se, anteriormente a este, o mesmo possuir o corpo do saber que o embasa e informa. De nada adianta aos agricultores familiares a posse dos meios de produção e do objeto de produção (a terra) se estes não tiverem o saber-fazer que fornece o conhecimento necessário para desenvolver o processo de produção dos alimentos.

Esse processo nas formas familiares é executado tendo de um lado as forças produtivas e de outro as relações sociais de produção mediados pelo sistema de conhecimento aplicado ao processo produtivo. Porém, é o saber que permite usá-los e a cultura que lhes dá significado, mesmo para mais além da materialidade ou da instrumentalidade prática do trabalho (Woortmann e Woortmann, 1997: 10). O saber exerce nas relações sociais de produção um trabalho que pode ser formulado como o *trabalho do saber* no sentido de um método de ensinamento e pedagogia que, aplicado nos diferentes elementos da família, diferenciados por sexo e idade, são simultaneamente socializados com o sistema de conhecimentos em torno do trabalho agrícola e da produção de alimentos para o autoconsumo. É o saber que medeia a relação entre as forças produtivas e as relações sociais de produção no interior do grupo familiar.

O saber informando o processo produtivo e as relações sociais no grupo doméstico é um princípio em torno do qual se organiza a identidade das formas familiares de produção e trabalho. A transmissão do saber aplicado à produção para autoconsumo entre os agricultores envolve relações de hierarquia, de gênero e de idade no grupo doméstico. É só a partir destas variáveis que se pode entendê-lo e estudá-lo.

Como relação de hierarquia o saber pertence principalmente ao pai de família. É este quem “*governa*” a família, como se referiram Woortmann e Woortmann (1997), porque ele é quem comanda o processo produtivo, pois é quem detém o saber e, neste caso, *o saber é poder* no interior do grupo familiar. Como elaborou Woortmann (1983), o papel dos mais velhos é central nas formas familiares, mesmo em situações em que o pai já possui idade avançada e não tem condições físicas ideais para o trabalho, este consegue governar o processo produtivo e a família devido a sua “*experiência*” de vida acumulada. Mesmo sendo uma “*força marginal*” na unidade de produção, no sentido em que formulou Jerzy Tepicht, este se impõe pelo seu saber.

É igualmente o pai de família que ensina, educa e transmite o saber-fazer principalmente aos filhos homens. O pai de família é quem decide as tarefas a fazer, como, quem as executa e quando um dos filhos já está apto a ser o “*novo*” chefe e assumir as responsabilidades sobre a produção. O pai de família “*avalia*” quando o filho está se tornando “*força plena*” e quando ele pode assumir a frente do processo produtivo. Por outro lado, não é a idade nem a força física que transformam um filho em força plena. É saber como e por que fazer. Nesse sentido, não é a idade que faz o homem pleno ou a força plena, mas é o *saber pleno* que faz a idade enquanto constructo social (Woortmann e Woortmann, 1997: 12; grifos meus).

O início da socialização dos filhos no processo de trabalho entre os colonos se dá desde a infância quando estes acompanham os pais na lavoura e nas atividades diárias. Mesmo não “*ajudando*” muito, apenas o fato de irem junto já expressa o interesse e também o aprender o qual somente virá mais tarde quando ficarem “*mais velhos*”. Como verificou Tavares dos Santos (1984) em sua pesquisa com colonos italianos, quando um dos entrevistados lhe informou que levava os filhos na “*roça*”: “*Eles têm enxadinha cada um deles e von na roça, non son obrigado a trabalhá, mas só pra acostumá, fazé o serviço, ver o pai como faz, eles apreende*” (idem: 45).

Se é o pai quem ensina aos filhos homens a socialização no processo produtivo, é a mulher e esposa quem socializa as filhas na esfera da casa e do consumo doméstico.⁶ Geralmente aos homens cabe o trabalho na criação e nas lavouras para venda em que se produz em volume, ou seja, o trabalho dito “pesado”, tal como demonstraram Woortmann e Woortmann (1997). Para as mulheres cabe o trabalho na esfera da residência, do quintal e das pequenas lavouras e criações destinadas ao autoconsumo. É a mãe que ensina as filhas a se socializarem, por exemplo, no preparo e cozimento dos alimentos, ensinando-as a não desperdiçarem e a prepararem o alimento de forma que fique gostoso e palatável, pois para os colonos um dos atributos de uma “boa esposa” é aquela que “cozinha bem”. São também as mulheres, juntamente com as “forças marginais”, ou seja, os velhos e crianças, que realizam o trabalho de cultivo e criação para o autoconsumo doméstico das formas familiares.

Pode-se dizer que a transmissão do conhecimento segue uma divisão social no interior da família. Esta divisão é baseada no gênero, na idade e na hierarquia social existente, onde as figuras do pai da família e da mãe são centrais. Enquanto o primeiro *governa* a produção e transmite saber aos filhos homens, a segunda é o *governo* da casa e do consumo. Esta também tem o papel de socializar as crianças e moças nos pequenos cultivos e serviços domésticos.

Nas formas familiares o autoconsumo é originário de um cálculo subjetivo no qual são determinados por uma “negociação” entre homem e mulher os espaços destinados às lavouras comerciais e às de autoconsumo, onde serão plantados cada um dos cultivos, a quantia necessária para suprir a família no ano, a organização dos espaços do “território” familiar dentro da unidade de produção etc. Esse cálculo leva em conta o tamanho da família, diferenciados os membros por sexo e idade, ou seja, quantas bocas para alimentar no ano, bem como as necessidades alimentares da família.

Deste modo, o saber nas formas familiares de produção e trabalho é muito mais que uma “ferramenta” com a qual o agricultor fami-

liar e a sua família produzem o autoconsumo alimentar do ano. O saber produz relações sociais e pessoais numa lógica que vai muito além da produtiva e material. O saber produz e reproduz a cultura, os valores, os significados dos alimentos, o ordenamento do “mundo” familiar e das suas relações que daí decorrem como indivíduo integrante de uma sociedade muito mais ampla.

Na próxima seção discute-se o papel que a produção para auto-provisionamento cumpre junto às famílias no que se refere à segurança alimentar e nutricional destas.

Produção para autoconsumo e segurança alimentar: uma abordagem com base na agricultura familiar

A produção para autoconsumo, na agricultura familiar, cumpre vários papéis junto às famílias, como demonstrado anteriormente. Um desses papéis centrais está ligado à alimentação dos agricultores e ao conceito de segurança alimentar e nutricional. Os principais papéis da produção para autoconsumo estão ancorados em alguns princípios fundantes do conceito de segurança alimentar (cf. Maluf *et al.*, 2004). Assim, a definição do que seja a segurança alimentar compreenderia não só a questão do acesso permanente das pessoas (agricultores) aos alimentos. Também constituiriam dimensões do conceito a qualidade nutricional dos alimentos e o seu fornecimento de acordo com as necessidades dos indivíduos. Faz-se, também, de suma importância a definição da segurança alimentar na questão dos hábitos alimentares, devendo esta estar de acordo com a “cultura” alimentar de uma dada população.

O primeiro princípio norteador do conceito de segurança alimentar é o da qualidade nutricional dos alimentos consumidos pelos agricultores. Nesse sentido, a produção para autoconsumo é sempre interpretada como geradora da segurança alimentar por conter uma qualidade nutritiva que seria “superior” aos alimentos da cidade. Este princípio é justificado devido à produção de auto-provisionamento ser uma produção isenta de agrotóxicos agríco-

las, uma vez que não se usam agroquímicos na sua produção e manejo⁷. Este princípio da segurança alimentar aparece em um representante sindical entrevistado, fazendo a comparação com os alimentos da cidade em que o agricultor não sabe a origem, os atributos de qualidade, as contaminações, os eventuais transtornos à saúde etc.

Em primeiro lugar o produtor deve saber o que vai consumir. Então a segurança alimentar é essencial porque ele sabendo o que ele está produzindo vai ser até melhor para a subsistência da família dele, [...] cultivando de uma forma mais orgânica e sem o uso de defensivos, porque ele está produzindo para ele mesmo. Quer dizer, segurança alimentar, se você adquire um produto na cidade, no mercado você não sabe a origem desse produto e o que foi usado para cultivar ele. Quer dizer, qual é o estágio de contaminação dele, se isso é prejudicial ou não para a saúde (Entrevista 8, 2004, D. S., representante sindical, Fetag).

Uma segunda observação, muito recorrente, é a de que a produção para autoconsumo gera uma economia monetária para as famílias e também uma maior autonomia do agricultor frente ao contexto social e econômico. Este princípio da segurança alimentar está relacionado ao acesso aos alimentos, já que aqueles agricultores que possuem o autoconsumo não vulnerabilizado nas suas unidades de produção precisarão comprar os alimentos necessários para atingir o balanço ótimo, a que Chayanov (1974) se referiu. Produzindo internamente na unidade de produção os seus próprios alimentos, tais agricultores passam a não depender da aquisição do consumo externo à propriedade, configurando-se, assim, uma situação em que os agricultores possuem um acesso facilitado aos alimentos necessários, ao mesmo tempo em que mantêm certa autonomia relativa frente ao mercado, uma vez que não necessitarão realizar compras de alimentos para a família (Gazolla, 2004). Os agricultores possuem a consciência de que se forem comprar tudo de fora da unidade de produção “*não tem renda que agüente*”, como se referiu o agricultor entrevistado. Nota-se que o agricultor se refere tanto à autonomia que a produção para

autoconsumo gera para a família quanto utiliza a expressão “se livrar de comprar no mercado”.

A importância de se produzir tudo é porque se livra de comprar no mercado. Produzindo em casa se torna bem mais barato e o alimento dá para se dizer que é bom, sadio. Quanto menos se comprar no mercado é maior a economia que se faz. *Se eu vou comprar a galinha, vou comprar a batatinha, vou comprar tudo que é coisa, não tem renda que agüente* (Entrevista 10, 2004, L. S., agricultor familiar).

Quando perguntados sobre a importância de produzirem os próprios alimentos na sua unidade de produção, os agricultores foram claros em dizer que a importância principal é a de possuírem os alimentos em quantidades suficientes para sustentar a família. Neste sentido, a produção e a posse das quantidades de alimentos necessários ao grupo doméstico para atingir o que Wolf (1976) chamou de mínimo calórico podem ser entendida como um dos princípios da segurança alimentar, como observou Maluf *et al.* (2004). Este se refere à garantia de uma alimentação em quantidades suficientes e de modo permanente que garanta aos agricultores não passarem fome nem sofrerem restrições alimentares. Assim, a produção de auto-provisionamento também preenche este princípio da segurança alimentar, evitando que os agricultores passem fome como eles mesmos se referiram. Note-se que o “*passar fome*”, no caso dos informantes, aparece esboçado no sentido de não possuir o autoconsumo e os alimentos serem comprado no mercado.

A importância é que a gente tendo isso aí dá para dizer que a gente tem tudo. A importância é manter sempre isso aí, *continuar para não passar fome* [...] (Entrevista 10, 2004, L. S., agricultor familiar).

Se tu vai tirar dinheiro (para comprar o consumo) além que está mal, no caso, vai querer tirar. Nem tem dinheiro no bolso para retirar e *pode até passar fome* (Entrevista 13, 2004, B. M., agricultor familiar).

Um outro princípio da segurança alimentar que é preenchido pela produção para autoconsumo refere-se à questão dos hábitos de

consumo “arraigados” do território. Este princípio pode ser entendido como acesso a uma alimentação que condiga com o que o agricultor e a sua família gostam de se alimentar e consumir em suas refeições diárias. Por este princípio da segurança alimentar torna-se possível para as famílias suprirem as suas necessidades, como observou Chayanov (1974), sem se desfazer da sua “cultura” alimentar, do seu corpo do saber relacionado ao consumo, ao preparo e aos hábitos alimentares que foram herdados dos seus ascendentes. Este aspecto é importante de ser compreendido, já que as unidades familiares que possuem o seu autoconsumo não vulnerabilizado não necessitam suprir as suas necessidades por meio de alimentos “estranhos”, como no caso da compra de produtos industrializados. Neste sentido, a não-vulnerabilização do autoconsumo gera a conservação dos hábitos alimentares, os quais, por sua vez, estão ligados à manutenção da bagagem cultural histórica das gerações ascendentes de agricultores do território.

Um último princípio da segurança alimentar que é preenchido pela produção de autoconsumo diz respeito à diversidade de alimentos que podem ser produzidos e consumidos nas unidades familiares. Por este princípio, a produção para autoconsumo gera a segurança alimentar devido ao fato de os agricultores disporem de todas as particularidades e meios necessários para poderem produzir uma grande diversidade de alimentos para consumo, pois a segurança alimentar também significa uma alimentação diversificada, balanceada e composta de diversos tipos de alimentos, o que só se consegue em unidades policultoras (Gazolla, 2005). Em tal sentido, a agricultura familiar encerra muitas possibilidades de sustentação dos seus membros com uma alimentação diversificada e que contenha muitas variedades de “alimentos funcionais”, desde os protéicos, os carboidratos, os gordurosos ou lipídicos etc. Assim, a segurança alimentar dá-se pela multiplicidade de alimentos obtidos nas próprias unidades familiares e que são fornecidas ao consumo dos seus membros de uma forma adequada e permanente.

Considerações finais

A produção para autoconsumo na agricultura familiar se modificou muito a partir dos anos 1970 no Rio Grande do Sul. Antes da modernização, a agricultura familiar era conhecida como policultora, diversificada e voltada ao suprimentos das necessidades básicas do grupo familiar. É claro que o mercado de venda de produtos da agricultura familiar já existia, mas era parcial e a agricultura familiar existente não estava tão intrinsecamente ligada e integrada a ele. A partir da modernização, a agricultura familiar passou a ser reconhecida por sistemas produtivos especializados (principalmente na produção de grãos), por produzir uma gama restrita de produtos e estar voltada para o mercado, em detrimento da produção para autoconsumo familiar. Isso fez com que a agricultura familiar regional se fragilizasse e começasse uma fase de solapamento das suas estratégias de reprodução que (antes de 1970) eram acionadas no contexto do Sistema Agrícola Colonial.

Contudo, mesmo com essa acentuada vulnerabilização, a produção para autoconsumo ainda é importante em várias esferas da agricultura familiar. Um primeiro exemplo disso está no processo de transmissão dos conhecimentos (o corpo do saber) de geração para geração dentro das famílias, em que os filhos e filhas são socializados com as técnicas de produção por meio de uma divisão hierárquica por idade e sexo na qual cada um possui funções específicas junto à unidade de produção. O autoconsumo também é importante por ser um “instrumento” de sociabilização das famílias e comunidades rurais, pois é por meio da sua produção que muitas famílias se aproximam, nas relações sociais e trocas destinadas à alimentação, ao plantio e à criação animal, tornando-a uma produção para autoconsumo criadora de vínculos morais e afetivos entre famílias e indivíduos.

A produção para autoconsumo também é responsável por uma maior autonomia das famílias frente ao contexto social e econômico que circunda as unidades de produção. Com esta produção as-

segurada, as famílias ficam menos dependentes do mercado, não necessitam comprar os alimentos nos mercados locais ou nos postos de abastecimentos citadinos, dependendo das flutuações de preços destes mercados ou ficando à mercê das condições de troca impostas pelo mercado em termos de moeda corrente.

Por fim, a produção para autoconsumo na agricultura familiar torna-se essencial visto estar intimamente ligada à continuidade da reprodução social e alimentar dos membros do grupo doméstico. A produção para autoconsumo é importante para as unidades familiares na medida em que propicia as principais dimensões da segurança alimentar. Nesse caso, a sua relevância reside justamente no fato de ser uma produção obtida pelo próprio agricultor e sua família partes integrantes da dinâmica maior de reprodução social e alimentar.

Referências bibliográficas

- AFDLP. *In: Sacco dos Anjos, F.; Schneider, S. (orgs.). Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade. Pelotas, 2003. [Relatório Final-Projeto de pesquisa CNPq/UFPEL (PPGA)/UFRGS (PGDR)] (in press).*
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.* São Paulo: Livraria Duas Cidades, 7ª ed., 1987.
- CHAYANOV, A. *La organización de la unidad económica campesina.* Buenos Aires: Editora Nueva Vision, 1974.
- _____. *Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: Graziano da Silva J.; Stolke, V. A questão agrária.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries.* Oxford: Oxford University Press, 2000.
- GARCIA JR., A. R. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social.* São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Unb; MCT-CNPq, 1989.

- GAZOLLA, M. Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre, 2004.
- GAZOLLA, M. *et al.* Produção para autoconsumo e segurança alimentar: uma abordagem com base na agricultura familiar. Congresso Brasileiro de Sociologia: Belo Horizonte-MG. Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), 2005.
- GAZOLLA, M. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: Schneider, S. (org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Editora da UFRGS: Porto Alegre, Coleção Estudos Rurais, 2006.
- HEREDIA, B. M. A. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste).
- LEITE, S. P. Orçamentos familiares e estratégias socioeconômicas em assentamentos rurais: apontamentos ao debate sobre multifuncionalidade da agricultura brasileira. In: Seminário franco-brasileiro de pesquisa sobre a multifuncionalidade da agricultura. Florianópolis, 2003.
- _____. Autoconsumo y sustentabilidad em la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia brasilena. In: Belik, W. *Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina*. São Paulo: Hucitec: FAO-FEDEPAL, 2004.
- MALUF R. S. *et al.* Caderno 'segurança alimentar'. Disponível em < www.zooide.com/ >. Acesso em 11/2/2004.
- MENASCHE, R. Os grãos da discórdia e o risco à mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 2ª ed., 1984.
- RENK, A. *Sociodicéia às avessas*. Chapecó: Editora Grifos, 2000.
- SCHNEIDER S.; GAZOLLA, M. Agricultura familiar, produção para autoconsumo e segurança alimentar. In: Bento Casaril, K. B. P.; Plein, C. (orgs.). *Segurança alimentar numa perspectiva multidisciplinar: contribuição ao debate brasileiro*. Francisco Beltrão: Editora da UNIOESTE, 2005.
- SUAREZ, M. *et al.* Introdução. In: Cardoso de Oliveira, R. (org.). *Anuário*

- Antropológico*. Edições: Universidade Federal do Ceará: Fortaleza e Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, n. 81, 1983.
- SEYFERTH, G. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: Mauch, C.; Vasconcelos, N. (org.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Editora da Ulbra, 1994.
- WOLF, Eric. *Sociedades camponesas*. Rio Janeiro: Zahar, 2a. ed., 1976.
- WOORTMANN, E. F.; Woortmann, K. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora da UnB, 1997.
- WOORTMANN, K. A transformação da subordinação. In: Cardoso de Oliveira, R. (org). *Anuário Antropológico*. Edições: Universidade Federal do Ceará; Fortaleza e Tempo Brasileiros: Rio de Janeiro, n. 81, 1983.
- WOORTMANN, E. F. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. In: *Anuário Antropológico*. Brasília: Editora da UnB, n. 87, 1990.

Notas

¹ Maiores informações podem ser obtidas em Gazolla (2004). Deve-se salientar que a pesquisa foi realizada no âmbito do projeto de investigação “Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade” (AFDLP: 2003), desenvolvido pelo Departamento de Ciências Sociais Agrárias da UFPEL e pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq).

² Os ativos podem ser descritos como estoques de capital que podem ser utilizados diretamente, ou indiretamente, para gerar os meios de sobrevivência da unidade doméstica ou para sustentar o seu bem-estar material para diferentes níveis de sobrevivência (Ellis: 2000: 31; tradução livre).

³ É claro que nem sempre as transformações e a desagregação das diferentes unidades domésticas vão se dar sempre da mesma forma. Este é apenas um “modelo teórico” e generalizador para mostrar, *grosso modo*, como podem ocorrer as estratégias e respostas das unidades familiares diante de uma crise e para justificar a importância que exerce a diversificação das estratégias de vivência que é a primeira estratégia posta em prática frente à crise. Se esta estratégia obtiver sucesso, provavelmente, as demais que a seguem não chegarão a ser ativadas.

⁴ Autonomia, neste contexto, se refere às possibilidades de geração e produção das condições materiais de produção e de reprodução social pelo próprio agricultor familiar. Ou, como se referiram Woortmann e Woortmann (1997), à capacidade de manter internamente na unidade de produção os chamados supostos da produção.

⁵ Segundo Garcia Jr. (1983: 142; grifos no original) “o consumo diferido (representa) um bem que é vendido, por um lado, ou o consumo de um outro bem necessário ao *gasto*, por outro. Nestes casos, o *mais do que o gasto* é uma forma própria de ajustamento entre o ciclo de produção da unidade doméstica e a periodicidade do consumo familiar. Ou, então, uma forma própria de ajustamento entre o uso dos “produtos de subsistência” e a compra daqueles bens de que se é consumidor, mas de que não se é produtor”.

⁶ Sempre que o texto se referir a consumo está-se fazendo referência não só aos alimentos produzidos pelo grupo doméstico, mas também a outras mercadorias que podem ser compradas de fora da unidade produtiva para consumo alimentar familiar. Já a noção de autoconsumo perfaz somente a esfera do que é produzido e utilizado na alimentação da própria família. A distinção entre estas duas noções é baseada em Chayanov (1974).

⁷ Menasche (2003), estudando a questão dos transgênicos no Norte do Rio Grande do Sul e no Centro Sul do estado também observou que os agricultores não utilizavam agrotóxicos nem organismos geneticamente modificados (OGM) quando se tratava da produção para a sua própria alimentação.

GAZOLLA, Marcio e Sergio Schneider. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril 2007, vol. 15 no. 1, p. 89-122. ISSN 1413-0580.

Resumo. (*A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares*). A produção para autoconsumo nas famílias rurais tem sido um tema pouco estudado no Brasil nos últimos anos, havendo muitas faces do assunto para serem “desvendadas” pelos cientistas sociais. Assim, o objetivo deste artigo é tentar traçar alguns desses papéis que a produção para autoconsumo possui junto aos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, demonstra-se que a produção para auto-provisionamento tem importância no que diz respeito à autonomia familiar, à sociabilidade comunitária e interfamiliar, para o repasse do conjunto de conhecimentos dos agricultores (o chamado saber-fazer) e para a segurança alimentar das famílias.

Palavras-chave: agricultura familiar, autoconsumo, autonomia familiar, segurança alimentar.

Abstract: (*The production of autonomy: the “roles” of self-consumption in the social reproduction of the family farmers*). The production for self-consumption in rural families has not been much studied in Brazil recently, so that there are many aspects still to be investigated by social scientists. Thus, the objective of this article is to outline some of the roles that producing for self-consumption has among family farmers in the state of Rio Grande do Sul. We demonstrate that the producing for self-consumption is important for family autonomy, for community and inter-family sociability, and for the reproduction of the farmer’s know-how, as well as for the families’ food security.

Key words: family agriculture, self-consumption, family autonomy, food security.